



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DO
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2008
NO PARLAMENTO NACIONAL**

PARLAMENTO NACIONAL

18 DE DEZEMBRO DE 2007

Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Senhoras e Senhores Deputados
Senhoras e Senhores Membros do Governo
Senhoras e Senhores,

O Orçamento Geral do Estado para 2008 que hoje tenho a honra de submeter à apreciação dos distintos deputados do Parlamento Nacional, inscreve-se nos objectivos principais que o IV Governo Constitucional delineou na elaboração do seu Programa e reflecte as principais orientações políticas a seguir no domínio da actividade governamental.

Conscientes de que as prioridades do País são muitas e que a criação de condições para uma melhoria substancial da qualidade de vida de todos os timorenses não depende exclusivamente da vontade política mas também de um conjunto de factores económicos, sociais e culturais, que têm que ser perfeitamente compreendidos e transformados, este Governo – o Governo da AMP – elegeu o ano de 2008, como o **Ano da Reforma**.

O Orçamento Geral do Estado que o Governo apresenta para 2008 pretende contribuir para uma mudança estrutural e equilibrada da Gestão do Estado, de forma a garantir uma Administração Pública mais eficiente e funcional, suportada por mecanismos anti-corrupção. Este Governo acredita que um serviço público forte e independente é capaz de lidar profissionalmente com o Governo, o actual ou qualquer outro no futuro e, eficientemente, contribuir para a criação de infra-estruturas e serviços essenciais para o povo de Timor-Leste.

Esta importante reforma, aliada à consolidação da segurança e estabilidade nacional, irá alicerçar um sistema produtivo que conduza ao desenvolvimento sustentável, resolvendo a prazo os principais problemas do País, sobretudo o desemprego e a pobreza.

Senhor Presidente
Senhoras e senhores deputados,

Antes de passar à apresentação da nossa estratégia orçamental para o próximo ano, gostaria de demonstrar a falta de credibilidade dos argumentos daqueles que acusam o actual Governo Constitucional de Timor-Leste de pouca “actividade”, o que considero um derrotismo infundado.

Quero começar por reavivar a memória de todos os timorenses que, para além da crise de 2006 ter abalado profundamente os pilares das instituições democráticas, por outro lado e ao contrário da percepção de alguns segmentos da sociedade, este Governo não herdou um Estado sólido. A única coisa que este Governo tem de facto, é o facto de ter herdado um Estado praticamente paralisado por um ano de “Governos de Gestão”, por terem sido de prazo limitado, e de ter

herdado a responsabilidade por um Povo que perdeu a confiança nas instituições do Estado, porque este nos cinco anos anteriores não foi capaz de responder às suas aspirações.

Não se pode exigir que o Governo resolva em 4 meses o que outros não resolveram em 5 anos, sobretudo porque este Governo tem como horizonte o período de uma legislatura e não um ou dois anos de governação. Mas ainda assim, em apenas quatro meses este Governo apresentou ao Parlamento Nacional: um Programa de Governo reformador, um Orçamento de Estado para um período de transição de seis meses e um Orçamento de Estado para um ano fiscal que pela primeira vez corresponde ao ano civil – projectos estes que para além de serem já por si inovadores, enfrentam pela primeira vez em Timor-Leste um debate verdadeiramente democrático.

Mas, naturalmente, não foram só estas as actividades do Governo nestes primeiros dias de governação. Em primeiro lugar, alguns dos membros do Governo que tomaram posse a 8 de Agosto deste ano, encontraram uma instituição sem memória, sem um arquivo organizado, sem equipamento e sem recursos financeiros para a adequada implementação de medidas urgentes. Para agravar esta situação, alguns dos nossos antecessores estiveram demasiado ocupados a encontrar argumentos para condenar o IV Governo Constitucional de inconstitucional e talvez por isso, não tiveram tempo de fazer a passagem adequada de pastas fundamentais.

Assim, para além da estruturação física, legislativa e organizacional do novo Governo, fundamental para proceder às mudanças que nos propomos concretizar, da manutenção dos compromissos assumidos no passado e da prestação dos serviços básicos da população, este Governo já marcou a diferença.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

O Governo não esteve parado! Devo dizer que:

- O reconhecimento e a protecção especial aos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional, que embora constitua um princípio fundamental da nossa Constituição, só com este Governo foi objectivamente assumido, através do pagamento do **tributo** de 2 milhões de dólares a 205 ex-guerrilheiros, homens e mulheres, que combateram no mato durante mais de 15 anos pela conquista da independência;
- As acções de coordenação institucional para permitir o atendimento de antigos combatentes doentes e carenciados nos **Serviços Nacionais de Saúde e Assistência Social**, avançaram agora com o Governo da AMP;

- Concretizámos o acto constitucional e legal de atribuição, pelo Presidente da República, de títulos honoríficos a CLN, tendo sido **condecorados** cerca de 400 combatentes nas Ordens Lórico Aswain e Guerrilha. E, tendo ainda tido lugar em Baucau, a cerimónia de atribuição de medalhas a cerca de 1.500 Mártires da Libertação Nacional;
- Iniciámos o processamento do “**cartão especial de identificação**” aos Combatentes da Libertação Nacional que permite aos seus portadores a acessibilidade a outros direitos legais promotores da dignificação da resistência, constitucionalmente prevista;
- Demos início à recolha de dados para garantir o pagamento de **pensões e subsídios a idosos, viúvas e deficientes**;

Excelências,

O Governo da Aliança de Maioria Parlamentar:

- Garantiu o apoio aos campos de **deslocados** e vítimas de desastres naturais em Díli e nos Distritos, possibilitando:
 - O regresso de 69 famílias, que representam 458 pessoas, do campo do “Aeroporto Meteorologia” para casas em Betó;
 - O regresso de 24 famílias, ou seja 158 pessoas, do campo “Canossa Has Laram” para os seus bairros em Díli;
 - 11 pessoas, de Baucau para Díli, correspondente a 2 famílias;
 - Até ao final do ano, irão ainda sair do campo “Jardim Borga da Costa” 37 famílias o que corresponde a 190 pessoas; e do campo “Farmácia Central” 25 famílias, ou seja, 156 pessoas, que voltarão a Ermera;
- Garantiu ainda, o apoio a 114 famílias pobres através do projecto-piloto de “**Transferência de Dinheiro Condicional**” para a “bolsa de mães”, assim como apoio a 150 famílias de vítimas civis e gravemente feridos e apoio a mais de 4 mil famílias que perderam os pequenos negócios devido à crise;
- Aprovou em Conselho de Ministros a “**Estratégia de Recuperação Nacional**”, para combater os efeitos da crise de 2006 nomeadamente no que respeita ao retorno ou reinstalação dos Deslocados Internos;
- E ainda, uma resolução que aprova o **apoio a conceder às vítimas da crise**, que prevê manter a pensão, em regime especial, às famílias daqueles, membros das F-FDTL e da PNTL que morreram ou ficaram incapacitados em consequência directa da crise, promover ajuda financeira às famílias das vítimas civis e promover a criação de um sistema de subsídio escolar aos vulneráveis, em idade escolar;

- Aproximou e induziu o patrulhamento conjunto da **PNTL** e **F-FDTL**;
- Apesar dos **Peticionários** não terem aparecido em Aileu, para onde me desloquei pessoalmente, os esforços vão-se redobrar para uma última oportunidade de discussão sobre um pacote de soluções;
- Esteve e continuará empenhado na resolução, com base no diálogo e no prevaecimento da justiça, do caso do **Alfredo Reinado**, a quem também o Governo entendeu dar uma última oportunidade;
- Aprovou em Conselho de Ministros a proposta de **Lei do Sistema de Informações da RDTL**, à qual incube assegurar a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e à garantia da segurança interna. Esta Lei é fundamental para que, após a sua promulgação, o Governo possa aprovar a Lei Orgânica do Serviço de Informações do Estado;
- A empresa internacional Deloitte, de idoneidade inquestionável, ganhou o concurso para a realização de **auditorias** a áreas sensíveis do ponto de vista administrativo e áreas sensíveis do ponto de vista de gestão financeira, aos organismos dos Governos anteriores;
- Solicitou ainda a uma equipa independente, constituída por especialistas do Banco Mundial, da UN e da Nova Zelândia, um estudo de avaliação sobre as **Alfândegas** para detectar irregularidades e, de futuro, tornar as Alfândegas de Timor-Leste numa instituição mais eficiente e moderna;
- Implementou o programa de **apoio à lavoura** em 10 distritos;
- Efectuou operações conjuntas entre técnicos do Ministério da Agricultura e Pescas e agentes da PNTL das quais resultaram a captura de indivíduos que procediam ao corte ilegal de árvores;
- Reabilitou os **estabelecimentos prisionais** de Becora e Gleno e transferiu os prisioneiros de Baucau para Becora;
- Aprovou em Conselho de Ministros um **pacote legislativo fundamental**: i) proposta de autorização legislativa para a elaboração do Código Penal, e ii) uma proposta de Lei das Artes Marciais. Finalizou os trabalhos da Comissão para a elaboração do Código Civil;

O Governo da AMP, minhas senhoras e meus senhores:

- Efectuou a manutenção adequada e reparação dos **geradores da EDTL** de modo a promover o seu funcionamento sem interrupção de fornecimento de energia eléctrica, assim como a aquisição dos 4 geradores previstos no orçamento transitório, que aliado à resolução do problema das ligações ilegais (cerca de 60%) e à melhoria da qualidade do combustível agora adquirido, irão assegurar o fornecimento de energia eléctrica constante a partir do final do ano;

Aproveito para explicar, Senhores Deputados, que dos quatro geradores previstos no OE transitório, dois deles são de 1.5 mw e já estão em Díli e os outros dois de 1.25 mw chegam esta semana. Tendo em conta a necessidade urgente de resolver o problema da electricidade e uma boa gestão financeira, foi possível adquirir dois outros geradores de 6.4 kva cada, perfazendo um total de 18.3 mw.

Este Governo,

- Reduziu o tempo de **emissão de certificados de registo e licenciamento de actividades empresariais**, que passou de 30 dias para 3 a 5 no máximo;
- Estabilizou o **mercado de produtos alimentícios básicos**, com incidência na normalização e correcção da intervenção do Governo na venda directa aos consumidores. O efeito duplo da acção é poupar no Orçamento de Estado uma média de 5 a 6 dólares por cada saca de arroz e, simultaneamente, continuar a dar espaço aos agentes económicos, evitando práticas especulativas de mercado, retomando assim o mecanismo normal da concorrência do mercado pelo encorajamento do sector privado em reaver o papel de agente económico principal na importação e venda do arroz no mercado nacional;

Os investidores estrangeiros têm agora confiança no País! Foi com o Governo da AMP que se:

- Iniciou a construção de um **terminal de combustíveis em Liquiça**, em parceria com um investidor estrangeiro, no valor de 20 milhões;
- Emitiram **certificados de investidor** a três entidades estrangeiras com projectos avaliados em 2,9 milhões. Outros cinco projectos - um dos quais de 2,7 milhões - estão actualmente em avaliação e deverão ser aprovados em breve. Os investidores são oriundos da Austrália, Coreia e Malásia;

- Iniciou um **Programa de Desenvolvimento Rural**, incluindo i) a formação de técnicos para o desenvolvimento rural nas comunidades, ii) o desenvolvimento de um plano estratégico para a criação de uma rede de desenvolvimento rural nos treze distritos a implementar em 2008, iii) a formação em técnicas de empreendimento e como começar um novo negócio a mais de 74 pessoas através dos cinco centros regionais de desenvolvimento empresarial do IADE, iv) a transferência de cinco novos mercados rurais para comunidades locais (Liquiça, Falumeo, Maubisse, Hatudo e Zumalai), v) a negociação de um Acordo com o PNUD, UNDESA e o Banco Mundial para a produção de uma estratégia de crescimento rural e um mapa de desenvolvimento rural; e vi) o envio de técnicos de desenvolvimento rural timorenses para receber formação no estrangeiro;
- Desenvolveu um programa de apoio alargado ao **Instituto de micro-finanças**, para o desenvolvimento de novos programas de micro-crédito em áreas rurais do País, assim como o desenho de um novo programa que possibilitará a oferta de micro-finanças em todo o País (em parceria com os doadores internacionais);
- Efectuou uma melhoria significativa na **comunicação e coordenação das actividades programadas** entre os Serviços Centrais de **Saúde**, os Serviços Personalizados e os Serviços Distritais de Saúde e pela primeira vez os Directores Nacionais e chefes de departamento reuniram-se com os directores dos Centros de Saúde Comunitários;

Minhas senhoras e meus senhores,

- Aumentámos o nível de participação comunitária nos programas de sensibilização para a educação e promoção da saúde, através de um novo **Sistema Integrado de Saúde Comunitária**, no âmbito de uma mudança estratégica para solucionar a problemática da acessibilidade dos serviços de saúde junto das populações;
- Melhorámos a **aquisição e distribuição de medicamentos e material médico**, através da nomeação de uma nova equipa de aprovisionamento, no seio do Ministério da Saúde, com competência e flexibilidade para compra rápida de medicamentos;
- Formámos um grupo técnico de trabalho para **estudar a opção de colocar o Pipeline** em Timor-Leste, ao mesmo tempo que estão a ser capacitados recursos humanos e se têm efectuado discussões públicas e consultas, com vista à utilização dos recursos naturais do País de forma controlada, eficiente e transparente;
- Iniciámos o **Plano de Reforma da Educação** - com a introdução de 9 anos de escolaridade obrigatória e gratuita; a elaboração de um novo plano curricular para o

ensino primário e pré-secundário, incluindo a formação de professores sobre a aplicação dos novos currículos; e ainda, o pagamento de subsídios escolares às escolas privadas acreditadas (no âmbito de um projecto-piloto de cooperação entre o sector privado, por exemplo a Igreja Católica, e o Governo);

- Estamos a comprar **material escolar, mesas e cadeiras**, sendo este um dos desafios para o próximo ano: que em nenhuma escola se assista a meninas e meninos a aprender, sentados no chão;
- Continuámos o programa de mão-de-obra intensiva “**cash for work**”, serviços de curta duração no período de dois meses para homens, mulheres e jovens no total de mais de 12 mil pessoas em 115 actividades em todo o País;

Senhoras e Senhores,

O Conselho de Ministros que tenho a honra de presidir:

- Aprovou um documento de trabalho para a **Política da Juventude**, que contém os princípios orientadores para a Lei de Bases da Juventude, com o objectivo de: mobilizar a juventude no contexto comunitário, estabelecer a ligação entre a educação e a realidade pós-escolar, proporcionar oportunidades de emprego, alfabetizar, apoiar os mais desfavorecidos e promover a participação cívica da juventude;
- Aprovou a adesão ao **Protocolo de Quioto** à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e criou uma nova Direcção para os Assuntos Ambientais Internacionais, para gerir os trabalhos de responsabilidade internacional;
- Aprovou o **Regime das Carreiras da Função Pública**, que na perspectiva de uma Administração Pública mais eficaz, qualificada e motivada, cria agora as condições para a valorização das carreiras, a organização do sistema retributivo e a qualificação da Administração Pública de acordo com o mérito dos seus funcionários. Este é já um passo significativo para a reforma da Administração Pública, no sentido de combater a politização nos recrutamentos e promoções, apostando antes na equidade do sistema, dando a capacidade necessária aos agentes do Estado e assim modernizar a função pública;
- Aprovou uma proposta de resolução a apresentar ao Parlamento Nacional relativa ao Acordo entre os Governos de Timor-Leste e da Indonésia sobre **mercados de fronteira**, para permitir o acesso das populações fronteiriças de ambos os países aos mercados tradicionais;

- Criou a **Direcção Nacional de Disseminação de Informação**, para uma mais efectiva comunicação com a sociedade civil, garantindo a transparência do processo de governação e permitindo o acesso à informação de modo a desenvolver uma massa crítica e responsável, tolerante e inclusiva na sociedade;
- Realizou uma campanha activa contra a violência baseada no género e restabeleceu os “pontos focais de Género inter-ministeriais”, ou seja foi criado um ponto focal em cada Ministério e Secretaria de Estado, para participação em reuniões regulares e preparação de eventos, para que a **promoção da igualdade do género** seja transversal a toda a sociedade.

Execução Orçamental do Período de Transição

Senhor Presidente do Parlamento

Senhoras e Senhores deputados,

Para melhor ilustrar a actuação do Governo não basta descrever algumas das actividades realizadas e que não foram poucas! Temos que falar também na execução orçamental. O orçamento para o próximo ano só pode ser consistente e credível, se a execução orçamental do período anterior tiver alcançado resultados positivos e convincentes.

Sobre a execução orçamental, proponho o seguinte exercício comparativo:

O Orçamento do ano financeiro 2006-2007:

- Foi de 328.56 milhões de dólares, dos quais foram pagos 160.44 milhões, o que revela uma taxa de execução, em termos de caixa, de 49%;
- Das verbas transitadas de anos anteriores no montante de 46.32 milhões, foram pagos 20.07 milhões, ou seja 43%;
- Assim, de uma forma global, o total dos pagamentos foi de 180.51 milhões de dólares, ou seja, uma execução global de 48% - isto equivale a dizer que por semana foram pagos uma média de 3.47 milhões de dólares.

Sobre o Orçamento Transitório, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007, recordo que:

- O Relatório de Execução Orçamental referente ao período de 1 de Julho a 30 de Setembro revela que foram criadas dotações temporárias ao abrigo do regime duodecimal previsto no Regulamento 13/2001, no montante global de 42.24 milhões, relativos às categorias de salários e vencimentos e bens e serviços;
- Neste período foram pagos 18.32 milhões – o que dá uma média de 1.53 milhões por semana (12 semanas);

- O Orçamento para o período de transição, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007, que foi aprovado pela Lei n.º 9/2007 de 10 de Outubro, estimou um montante global de 116.41 milhões, dos quais foram pagos 45.59 milhões até dia 11 de Dezembro, o que equivale a 39%;
- De verbas relativas a anos anteriores num montante de 118.81 milhões de dólares foram pagos, em igual período, 35.40 milhões de dólares.

Senhoras e Senhores Deputados,

Desde o momento em que foi aprovado o Orçamento transitório e que o sistema financeiro ficou operacional, se do montante total pago de 80.99 milhões deduzirmos o que foi pago até 30 de Setembro (18.32 milhões), resulta que 62.67 milhões foram executados em pouco mais de sete semanas, ou seja, **uma média de 8.95 milhões de dólares por semana.**

Se abandonarmos a perspectiva de caixa e verificarmos a taxa de execução orçamental em **termos de compromissos**, tendo em conta o último relatório datado a 14 de Dezembro, esta é de **84,4 %!**

Podemos concluir que este Governo obteve resultados positivos e que a boa execução do período de transição, de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007, comprovados pelos números, são um indício promissor e um sinal de confiança para o desempenho orçamental do ano de 2008.

Apresentação do Orçamento Geral do Estado para 2008

Distintos Deputados

Senhoras e Senhores,

O Orçamento de Estado é um retrato das despesas e das receitas públicas que se prevêem para o próximo ano, sendo um importante instrumento de política económica. O Orçamento para 2008 é fruto de um exercício exaustivo para não aumentar demasiado a despesa pública (comparando com o ano financeiro 2006/07 houve um aumento de 19.5 milhões de dólares) e no entanto incutir reformas estruturais e fazer face às principais carências do País.

Isto só é possível através de uma canalização eficiente do orçamento para que este se reflecta em aspectos determinantes para a melhoria das condições de vida do povo timorense: a melhoria de infra-estruturas, a prestação de serviços fundamentais na área da saúde e educação e assistência social e na criação de emprego – estimulando um maior investimento estrangeiro, que conduzirá a uma recuperação sustentada e à redução de pobreza.

Os critérios que estiveram na base da preparação do Orçamento Geral do Estado, são os seguintes:

- Um **Orçamento de Ponderação**: na medida em que o montante atribuído a cada Órgão obedece a princípios de racionalização, razoabilidade e contenção – inquestionavelmente demonstrado através da política de gestão dos veículos do Estado, dos funcionários públicos e da não duplicação/sobreposição de projectos e despesas;
- Um **Orçamento de Prioridades**: na medida em que foram seleccionadas, do Programa do IV Governo Constitucional, as medidas mais urgentes de actuação para o ano de 2008 – nomeadamente a reforma administrativa e a consolidação da estabilidade e coesão nacional – de forma a criar condições para que nos próximos anos seja possível a redução de pobreza, através do crescimento sustentado da economia e do emprego;
- Um **Orçamento de Transversalidade**: na medida em que o Governo é uma máquina única constituída por várias peças que devidamente entrosadas actuam para o bem comum da Nação. É nesta óptica que projectos para a juventude, para a criação de emprego, para a formação e capacitação profissional, para a promoção da igualdade do género e para a unidade nacional, são transversais a todos os órgãos do Governo.

Receitas e Despesas

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

O total estimado das receitas para o ano de 2008 é de \$1,385.6 milhões de dólares, deste montante 1,358.6 milhões provêm das receitas do petróleo e 27 milhões de fontes não-petrolíferas, incluindo os órgãos autónomos.

O rendimento sustentável do Fundo Petrolífero para o ano de 2008 é de 294 milhões, ou seja 3% da riqueza petrolífera estimada para o próximo ano.

O **défi ce fiscal** que é a diferença entre as despesas e as receitas não-petrolíferas estima-se que seja de 321.1 milhões. O Governo irá financiar 294 milhões desse défi ce através do levantamento do Fundo Petrolífero, sendo os restantes 27.1 milhões da Conta do Tesouro do Estado.

Relativamente à utilização do montante retirado ao **Fundo Petrolífero** que tem provocado tanto ruído na opinião pública e especialmente entre alguns dos senhores deputados, gostaria de esclarecer o seguinte: o Governo não vai efectuar uma transferência do Fundo do Petróleo que exceda o Rendimento Sustentável Estimado para o próximo ano fiscal.

A Lei permite o levantamento de 294 milhões, para ser utilizado de acordo com o interesse nacional. Tendo em conta que este montante vai ser utilizado em áreas de infra-estruturas, saúde, educação, formação e desenvolvimento rural, sem as quais é impossível combater a pobreza generalizada, parece-nos evidente o interesse público!

Este Governo reconhece que o Fundo tem sido gerido de forma prudente, responsável e transparente, de acordo com o previsto na Lei, e congratula-se por saber que este ficou em 3º lugar, como um dos melhores a nível mundial. Este Governo está consciente que o Fundo Petrolífero deverá contribuir para uma gestão sensata dos recursos petrolíferos para benefício da geração actual e das gerações vindouras mas também acredita ser possível uma gestão ainda mais eficaz.

Aprendemos com a experiência norueguesa, que serviu de modelo ao fundo timorense, que uma gestão prudente e responsável poderá criar uma riqueza incontestável para o benefício das futuras gerações. Estes, que têm biliões de coroas norueguesas no banco, adoptaram correr o menor risco possível, não procurando ganhos a curto prazo. Mesmo assim, actualmente as receitas provenientes do sector petrolífero norueguês são investidas em 42 mercados diferentes e 31 moedas diferentes.

Senhoras e senhores deputados,

Concordarão certamente comigo, que não é possível comparar o nível de vida da população norueguesa com a de Timor-Leste! A pobreza continua a ser uma realidade no País, onde cerca de 41% da população vive abaixo do limiar da pobreza, com 0.55 dólares por dia. Esta realidade sugere que demasiada prudência é uma contradição.

- O que será das futuras gerações se não se investir já na geração actual?
- O que será das futuras gerações, cujos antepassados morreram na sua maioria na miséria: vítimas de fome, doença e abandono? Os mesmos heróis que contribuíram para a independência nacional.
- O que será das futuras gerações se não se começarem já a criar as condições essenciais ao desenvolvimento do País?
- O que será das futuras gerações se não houver recursos humanos qualificados?

Queremos manter o fundo com um alto padrão de qualidade mas também dar qualidade de vida ao povo e fazer com que este usufrua dos bens que são da Nação. Utilizar o fundo de forma sustentável é usar esse dinheiro de forma a criar um crescimento sustentável e isso implica investir desde já na actual geração e potenciar ainda mais as receitas do sector petrolífero.

Assim, a transferência do Fundo para o Orçamento de Estado será feita ao mesmo tempo que se criam mecanismos para uma boa execução orçamental, senão não vale a pena. Só porque os Governos anteriores não foram capazes de executar todo o seu orçamento não podem agora antecipar que o actual Governo não o vai fazer. Se não estivéssemos empenhados em reformar e melhorar o sistema, os quatro partidos que constituem a AMP, não tinham formado Governo.

Tem sido importante para Timor-Leste aumentar gradualmente a sua capacidade interna para poder estabelecer uma gestão sólida e sustentável do Fundo Petrolífero. Até aqui esta estratégia tem sido bem sucedida. Contudo, o valor do Fundo Petrolífero está a aumentar gradualmente, havendo potencial para um maior aumento no retorno dos investimentos. Assim sendo, estamos a considerar a actual estratégia de investimento e a gestão do Fundo com vista a explorar ao máximo as possibilidades dentro da Lei do Fundo Petrolífero, no sentido de maximizar o valor total das receitas provenientes do sector petrolífero.

De acordo com o N.º 3 do Artigo 14.º da Lei do Fundo Petrolífero, os instrumentos considerados como instrumentos qualificados na Lei serão revistos pelo Governo e aprovados pelo Parlamento no final dos primeiros 5 anos da existência do Fundo Petrolífero, tendo atenção à dimensão do Fundo Petrolífero e ao nível de capacidade institucional. O Governo irá dar início a este processo de revisão no ano de 2008.

Portanto, senhoras e senhores deputados, não vamos fazer do Fundo do Petróleo uma bandeira política. Os recursos naturais são propriedade do Povo e devem ser usados de forma justa e de acordo com o bem da Nação. As mudanças que queremos implementar, serão consensuais, porque o Fundo do Petróleo só será bem gerido, se houver um equilíbrio entre a gestão dos recursos e a melhoria de condições de vida da população timorense.

Senhor Presidente

Distintos Deputados,

Na sequência da crise do ano passado, houve uma contracção do PIB não petrolífero em cerca de 6%, o que veio interromper a melhoria gradual que se vinha a registar desde 2002. No entanto, este ano houve já uma recuperação da economia na ordem dos 8% (excluindo as actividades das Nações Unidas), pois houve gastos governamentais mais elevados e uma maior presença internacional o que de certa forma compensou o impacto negativo na agricultura causado pelas secas e pelas pragas de gafanhotos. Crê-se que estes gastos tenham impulsionado o investimento para 25% do PIB não-petrolífero em 2007, com o investimento público a constituir 80% do investimento total.

A inflação anual atingiu o seu pico em Fevereiro de 2007, quando chegou aos cerca de 17% devido à escassez de arroz a nível regional e de perturbações no fornecimento local provocadas

por distúrbios. Já em Setembro deste ano desceu para os 7,2%, sendo espectável que continue a descer à medida que os impactos dos choques vá sendo ultrapassado.

A nossa estratégia é evitar novas perturbações ou gastos públicos excessivos para conseguir evitar a subida de preços domésticos, só assim se pode garantir que não baixem os rendimentos reais, que seria muito prejudicial aos pobres, e que não haja redução da competitividade do sector privado não-petrolífero.

A agenda deste Governo pode impulsionar o crescimento económico que é o factor mais importante para a redução da pobreza, ambicionando assim uma taxa de crescimento do PIB não petrolífero real de 7 a 8% por ano. Esta estratégia assenta num aumento substancial do investimento público, possibilitado pelas receitas petrolíferas, bem como em esforços para fortalecer o ambiente empresarial geral, de modo a que o sector privado se venha a tornar a principal fonte de crescimento e criação de emprego a longo prazo.

Senhoras e senhores,

O **Orçamento Geral do Estado para 2008 é de 348.1 milhões de dólares**, apenas 3% superior ao orçamento para o ano fiscal de 2006/07, porém como são esperados passos concretos com vista à melhoria da execução orçamental, acreditamos em melhorias significativas nos gastos concretos. Caso sejam executados na totalidade, os gastos globais monetários em 2008 deverão aumentar em cerca de 80% em comparação com os verificados no ano fiscal de 2006/07.

O Orçamento para 2008 foi desenhado com o objectivo de concretizar reformas estruturais para enfrentar problemas que não podem ser mais adiados. Três grandes iniciativas irão definir as bases de uma boa governação e profissionalismo e verdadeiramente marcar 2008 como o **Ano da Reforma Administrativa**:

O Governo da AMP está determinado a criar uma função pública devidamente qualificada, eficaz e independente, livre de corrupção ou influência externa. Uma função pública que serve verdadeiramente o povo e que seja capaz de efectivamente cumprir o Programa do Governo para melhorar a prestação de serviços.

Para cumprir estes objectivos, o orçamento prevê um financiamento no valor de 154 mil dólares para estabelecer uma **Comissão da Função Pública**, cuja legislação será proposta ao Parlamento Nacional já no primeiro trimestre de 2008. Esta Comissão irá assessorar o Governo em assuntos relacionados com a eficiência e eficácia da administração pública e na gestão do desenvolvimento dos recursos humanos.

A Comissão da Função Pública irá garantir a nomeação e promoção dos funcionários com base no mérito e coordenar e dar formação e oportunidade de desenvolvimento. Será ainda

responsável pela resolução de litígios, aplicação de sanções disciplinares e proceder à classificação de cargos e subsídios e outros direitos dos trabalhadores. Esta medida insere-se na política já anunciada do Governo de manter os actuais funcionários públicos mas recolocando-os de acordo com as áreas prioritárias do Governo.

Pela primeira vez, temos um Governo verdadeiramente empenhado em minimizar o risco de corrupção no nosso País. Para reforçar estes esforços iremos também começar a preparar a criação de um novo órgão, a **Comissão Anti-Corrupção** de Timor-Leste, que irá desenvolver uma Estratégia Nacional de Anti-Corrupção que prevê mecanismos concretos e coercivos para um mais eficaz combate à corrupção.

Por outro lado, o orçamento também irá dar um impulso significativo ao **Gabinete do Inspector-Geral**, para que este se torne o órgão responsável pela realização de auditorias aos departamentos e agências do Governo, o que permitirá a eliminação gradual do actual regime em que o Ministério das Finanças contrata agências privadas para levar a cabo auditorias aos departamentos governamentais.

A par da reforma da administração pública, serão introduzidas outras reformas como é o caso da reforma do Ministério das Finanças, que passa por otimizar a gestão do aprovisionamento e permitir a descentralização destes serviços de forma a garantir a maximização das aquisições e um bom serviço público. Esta iniciativa juntamente com o desenvolvimento de uma nova política macroeconómica e tributária irá facilitar a transparência, responsabilização e eficiência da gestão das finanças públicas.

Distintos deputados,

Uma das grandes prioridades deste Governo para o ano de 2008 é a **Consolidação da Segurança e Estabilidade Nacional**, para o que estamos a desenvolver os seguintes projectos:

- Estabelecimento de políticas tendentes a apoiar a resolução pacífica do problema dos petionários, em diálogo com todos os parceiros da sociedade. A verba orçamentada, no valor de 5 milhões, será disponibilizada para actividades de reconciliação e para apoiar a sua reinserção social;
- Estabelecimento de um mecanismo para tornar a sociedade civil consciente do seu papel no desenvolvimento e contribuir para a estabilidade da Nação;
- Reforma do **sector da defesa e segurança** e capacitação institucional da PNTL e das F-FDTL;
- Reestruturação do **Serviço Nacional de Segurança do Estado**;
- Apoio a indivíduos e famílias que foram **deslocados** dos seus lares através de um fundo de 15 milhões de dólares para:

- A reconstrução de casas para aqueles que perderam os seus lares na crise recente;
- O fornecimento de bens e materiais para apoiar os deslocados e suas famílias a reconstruírem as suas casas nos distritos;
- Em complemento dos fundos destinados a apoiar a reconstrução de casas, estabelecer um fundo adicional para fornecer ajuda financeira e apoio social aos deslocados para regressar às suas vidas e lares.

O tema dos deslocados é um tema muito sensível à nossa sociedade e quem não conseguiu resolver o problema no passado, vem agora exigir uma solução rápida e popular. Todos sabemos a complexidade subjacente a este tema e os seus contornos políticos, sociais e económicos. É imperativo acabar com os campos de deslocados mas também é dever do Estado o respeito pelos direitos humanos e a sua obrigação de protecção aos mais vulneráveis.

O Governo vai oferecer várias opções aos deslocados, para que estes tenham o poder de decisão em áreas chave que afectarão os seus futuros, assegurando os seus direitos e dignidade mas não irá fechar os olhos a certos oportunismos. Refiro-me àqueles que são recém-chegados e que agora pretendem o mesmo estatuto na expectativa de receber assistência. Estes estão a atrasar ainda mais o processo e a criar uma situação de injustiça para com as verdadeiras vítimas da crise.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores deputados,

O ano de 2008 será um ano para preparar e executar as políticas de base e implementar as reformas que permitam um **combate eficaz contra a pobreza**, a implementar durante o mandato do Governo da AMP, através do incremento do crescimento económico gerado pelos investimentos públicos, pelo aumento dos investimentos do sector privado e por uma maior segurança alimentar, conseqüente do aumento da produtividade e diversidade agrícola.

A mudança fundamental que este Governo aponta é no uso de recursos públicos em função de políticas dirigidas aos pobres e à criação de apoios sociais aos grupos mais vulneráveis. Por isso, através de transferências públicas, iremos financiar directamente as camadas da população que necessitam de apoio urgente. Destinámos 63.9 milhões de dólares para nomeadamente:

- Disponibilizar fundos na ordem dos 5 milhões para **organizações religiosas** em todo o País, incluindo a Igrejas Católica e outras confissões religiosas, assim como outras **organizações da Sociedade Civil**, para que estas prestem serviços sociais essenciais à população;

- Disponibilizar subsídios às iniciativas das associações e grupos juvenis, para actividades culturais e artísticas, e iniciativas para o desenvolvimento de capacidades desportivas, incluindo subsídios às federações e associações desportivas, apoiando-as na organização de actividades desportivas em todo o País, com um investimento total de 800 mil dólares, de acordo com os objectivos definidos na Política Nacional da **Juventude**;
- Apoiar iniciativas de **formação profissional** para assegurar o fornecimento de serviços de qualidade às comunidades e atribuição de bolsas a formadores profissionais em áreas prioritárias, no valor de 250 mil dólares;
- Atribuir fundos para a implementação de projectos-piloto na área da reflorestação com enfoque na **criação de emprego e no envolvimento das comunidades**, no valor de 1 milhão de dólares.
- Disponibilizar um fundo de 251 mil dólares, para apoiar a pesquisa de **fontes alternativas de energia** para fornecer energia ao povo. Este fundo financiará os projectos de bio gás e bio diesel em sucos a seleccionar e a aquisição de equipamentos para o projecto da Mini-hidroeléctrica em Maununo e energia solar para os centros comunitários;
- Continuar o programa de alimentação escolar, para fornecer uma refeição por dia às crianças nas **escolas** de todos os distritos, de modo a encorajar a assiduidade e a melhorar a capacidade dos jovens para a aprendizagem e apoio a cada escola em Timor-Leste com financiamento directo calculado com base no número de alunos, com prioridade para as comunidades locais, num montante total de 2.5 milhões para todas as iniciativas;
- Continuar a apoiar a **administrações do território** em cada distrito de Timor-Leste, atribuindo para isso uma verba de 2.29 milhões;
- Disponibilizar um fundo de 1 milhão para apoiar a formação no estabelecimento, organização e gestão, incluindo financeira, das **cooperativas e pequenas empresas**, em particular nas áreas rurais e sector agrícola;
- Apoiar, com um transferência de 1.55 milhões, as **comunidades locais**, no desenho, desenvolvimento e implementação de pequenos projectos com benefício imediato nas comunidades rurais em coordenação com outros ministérios e autoridades locais;
- Atribuir um fundo de 2 milhões para o desenvolvimento comunitário, que consiste no financiamento de **comunidades rurais**, para desenvolverem actividades que criem

benefícios económicos e melhoria da produtividade agrícola ou infra-estruturas agrícolas locais;

Senhor Presidente

Distintos deputados,

O Orçamento de 2008, pela primeira vez, tem uma forte componente dirigida a **políticas sociais**, garantindo apoios a quem mais precisa deles:

- Iniciaremos o pagamento de **pensões aos idosos**, num total de 6.2 milhões, tendo em consideração que os idosos estão sobretudo no interior do País. Mais de metade dos subdistritos de Baucau, Viqueque e Lautem tem uma elevada percentagem de pessoas com mais de 65 anos e nada é mais justo do que combater a pobreza dos nossos *catuas*;
- Atribuiremos fundos para providenciar assistência financeira a **crianças** em risco pelo facto de serem órfãs ou que estão em circunstâncias em que a mãe não pode providenciar o cuidado que estas necessitam e àqueles que estão gravemente doentes e necessitam de ajuda, num total de 1.2 milhões;
- Assistiremos os **mais vulneráveis** da nossa comunidade: deslocados, vítimas de guerra e incapacitados para que estes possam reintegrar-se na sociedade em que vivem. Está ainda previsto apoiar organizações que ajudam as pessoas mais necessitadas e portadoras de deficiência, num total de 1.3 milhões;
- Iniciaremos o pagamento de **pensões aos antigos combatentes da Libertação Nacional**, no valor de 16 milhões, a pagar através de três tipos de categorias diferentes: i) Pensão Especial de Subsistência para aqueles que têm agora mais de 55 anos e que participaram entre 8 a 14 anos na luta, ou para aqueles que ficaram incapacitados; ii) Pensão Especial de Reforma, consoante o posto ocupado e período de tempo como combatente, desde que tenham mais de 15 anos de militância; e iii) Pensão Especial de Sobrevivência, para viúvas, órfãos, pais idosos, ou irmãos de mártires da Libertação Nacional.

Distintos deputados,

Este Governo vai iniciar, no próximo ano, uma série de projectos de desenvolvimento com vista à reabilitação e construção de **infra-estruturas essenciais**, como estradas, pontes e outras vias de comunicação e um sistema integrado de comunicações. Está ainda orçamentado a reabilitação

e construção de infra-estruturas na área da justiça (incluindo prisões), hospitais e centros de saúde em todo o território, escolas e armazéns que constituirão uma importante reserva para a segurança alimentar.

Não me podendo alargar mais na descrição de todas as iniciativas que iremos implementar, gostaria de sublinhar que o Governo da AMP irá, durante o ano de 2008, mobilizar **investimento estrangeiro** e convencer investidores credíveis a apostar em Timor-Leste, parte integrante da estratégia do Governo em **acelerar o crescimento económico, em articulação com o desenvolvimento humano e a criação de emprego, como principais meios para redução de pobreza**.

Esta estratégia inclui a criação de uma **Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento** que irá desenvolver planos concretos e consertados, de acordo com as principais prioridades para o desenvolvimento sustentável nacional. Esta Unidade estará em estreita articulação com a equipa responsável pela produção de um segundo **Plano de Desenvolvimento Nacional**, que fará o trabalho de levantamento e consulta alargada para averiguar as necessidades reais do País.

Senhor Presidente

Distintos deputados

Senhoras e senhores,

Um ano é um período demasiado longo para quem anseia ver as suas necessidades mais elementares satisfeitas mas demasiado curto para implementar todos os programas necessários à modernização e desenvolvimento socio-económico de um País. O Orçamento que acabo de apresentar pauta-se por uma escolha responsável das prioridades, que são exequíveis de implementar no período de um ano e abrir o caminho para a verdadeira mudança rumo ao desenvolvimento sustentável.

O Programa do IV Governo Constitucional será testado em 2008. A magnitude da implementação dos programas previstos para 2008 será o teste da habilidade de governar nos próximos quatro anos, até 2012. Com reformas, com trabalho e responsabilidade vamos fazer de Timor-Leste um País melhor para os nossos filhos.

Confiantes de que este é o Orçamento de Estado que Timor-Leste precisa e que nos coloca na direcção de um futuro melhor, ligando o curto-prazo com o longo-prazo, estamos receptivos às valiosas contribuições que os senhores deputados irão dar para o futuro do País.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão

18 de Dezembro de 2007